

## EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

### REPENSANDO A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: desafios e perspectivas no contexto pós-pandêmico

### RETHINKING BRAZILIAN EDUCATION: challenges and perspectives in the post-pandemic context

Rafael Gonçalves dos Santos<sup>1</sup>

Milena Donato Camilo<sup>2</sup>

Maria Cristina Piana<sup>3</sup>

#### RESUMO

A presente reflexão teórica realiza um breve estudo com o objetivo de analisar, a partir do aporte do referencial crítico e crítico-dialético, o mito ideológico do acesso e permanência às etapas, níveis e modalidades da educação pública no contexto pós-pandemia ante às graves consequências provocadas pelos projetos da política neoliberal de implantação da educação domiciliar e das modalidades de ensino remoto, também conhecida como homeschooling. Em suma, urge a necessidade de reafirmar o trabalho em equipe multiprofissional e intersetorial, a fim de garantir maior qualidade do processo de ensino-aprendizagem das redes de ensino públicas do país.

**Palavras-chave:** Pós-pandemia. Acesso e Permanência. Educação Pública Brasileira.

#### ABSTRAC

This theoretical reflection carries out a brief study with the objective of analyzing, based on the support of the critical and critical-dialectical

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca/SP. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPA). E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

<sup>2</sup> Especialista em Atendimento Psicossocial à Vítimas de Violência pela Universidade Federal de São Carlos. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca/SP. Email: milenadc98@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-doutorado em Educação pela UFSCar. Doutora e Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP/Franca. Docente da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para a Infância e Adolescência (GEPPA). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Extensão sobre Criança e Adolescente (NECRIA) da UNESP/Franca. E-mail: cristina.piana@unesp.br.

framework, the ideological myth of access and maintenance to the stages, levels and modalities of public education in the post-pandemic context in front of the graves consequences caused by neoliberal policy projects to implement home education and remote teaching modalities, also known as homeschooling. In short, there is an urgent need to reaffirm multidisciplinary and intersectoral teamwork in order to guarantee greater quality in the teaching-learning process in the country's public education networks.

**Keywords:** Post-pandemic. Access and Permanence. Brazilian Public Education.

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer das décadas de 1950 e 1960 do século XX, a educação brasileira sofreu novas reconfigurações no processo de construção da sua política, uma vez que passou a apresentar como finalidade última a massificação acelerada da formação escolar para o ingresso precarizado do corpo estudantil ao mercado de trabalho ante as suas exigências de rentabilidade. Ao mesmo tempo, a Política de Educação foi marcada por relações contraditórias de poder, as quais propunham um modelo de escolarização ideológico padronizado, excludente e individualizado do ponto de vista social, étnico-racial e cultural.

Dentre as suas expressões mais contraditórias, observa-se o acirramento das diferenças de diversos coletivos sociais no que diz respeito às suas condições de acesso e permanência nas instituições de ensino públicas, tornando evidente os desafios enfrentados para a democratização da educação básica pública brasileira. De maneira geral, trata-se do processo de acesso excludente formado por duas concepções de educação: uma educação destinada para o pensar e outra para o agir, isto é, que confira à elite burguesa dominante o acesso a um modelo de educação intelectualizada voltada para a qualificação e ascensão profissional, restando para a classe trabalhadora apenas o acesso a um modelo de educação esvaziada de seu significado crítico e ontológico.

Tais desafios apresentam tanto condições objetivas, expressas por gastos financeiros com materiais didáticos, alimentação, transporte e moradia, quanto por condições subjetivas, evidenciadas pelo adoecimento mental, pelas práticas de racismo, machismo, capacitismo, LGBTfobia, dentre outras expressões de preconceito e discriminação que são reproduzidas e internalizadas nos espaços de ensino e no cotidiano da vida social.

Mais de seis décadas se passaram e o Brasil continuou sofrendo ataques sem precedentes provocados por uma gestão neoliberal ultrarradical e pela crise sanitária

provocada pela pandemia da Covid-19, responsável por desvelar o manto ideológico que ocultava o contexto de crise econômica, política, social, ambiental e sanitário que o país já enfrenta há décadas.

Diante desse contexto histórico, o presente estudo bibliográfico tem como objetivo analisar de que forma os efeitos perversos e reacionários da política neoliberal ultraradical e da pandemia afetaram as condições de acesso à educação pública básica de estudantes das classes populares urbanas e periféricas ante ao quadro de agudização das expressões da questão social. Ancorada à perspectiva de totalidade, as reflexões deste estudo subsidiam as análises acerca do mito ideológico da democratização do acesso à educação pública básica, tendo em vista as graves consequências intensificadas pelos projetos da política neoliberal, a exemplo da implantação do modelo de educação domiciliar, além das etapas e modalidades de ensino remoto, denominadas como *homeschooling*, e que ainda prevalecem no contexto pós-pandemia.

As indagações e questionamentos subsequentes também contribuem para a compreensão de que o direito à educação, em todas as suas etapas, níveis e modalidades, deve ser apreendido de maneira indissociável da intersecção existente entre as categorias classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade, uma vez que as mediações do direito de acesso e permanência nas escolas públicas revelam a forma como tais determinações contraditórias se particularizam em cada realidade social vivenciada por estudantes, seus familiares, professores/as e instituições de ensino de cada região do país.

Em suma, é notório que a intersectorialidade entre as políticas públicas e a articulação com o trabalho multidisciplinar desenvolvido pelas instituições de ensino com pedagogos/as, assistentes sociais, psicólogos/as e demais profissionais da educação, contribuirão para a construção de um modelo educacional universal, inclusivo e diversificado sócio-etnicoculturalmente, de modo a reafirmar o papel político e social que apresenta para a formação humana e por possuir a capacidade transformadora de resistir ao poder de persuasão da ofensiva neoliberal ultraradical.

## **2. COVID-19 E EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ACESSO E PERMANÊNCIA PARA QUEM?**

A Covid-19, doença respiratória infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, chegou ao Brasil em fevereiro de 2020 e rapidamente se espalhou pelo país. Em março foi definida como

uma pandemia de importância e risco internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Foram contabilizadas mais de 710 mil mortes em todo país, conforme atualizado pelo Ministério da Saúde em março de 2024. No entanto, mesmo diante desse cenário, o novo termo “pós-pandemia” já foi adotado, além da suspensão das medidas de vigilância sanitária para o uso de máscaras, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), álcool em gel, isolamento social, dentre outras medidas preventivas.

Nessa perspectiva, o presente quadro da crise sanitária provocou paralisações não apenas no território brasileiro, mas também alcançou proporções mundiais. Foram adotadas várias medidas de proteção que também levaram ao fechamento de comércios, instituições de ensino e demais departamentos com a finalidade de conter a expansão do vírus.

Entretanto, essa não foi a realidade adotada pela maioria da população brasileira. Enquanto alguns conseguiram transferir seu trabalho para o modelo *home office*, outros foram obrigados a continuar trabalhando nas ruas arriscando suas próprias vidas para garantir algum tipo de subsistência, a exemplo de trabalhadoras de limpeza, entregadores/as e motoristas de aplicativos.

Somadas às essas determinações contraditórias e aos mecanismos financeiros de desvio do orçamento público, pode-se identificar duas grandes medidas adotadas pela política neoliberal nesse período que representaram um verdadeiro retrocesso no âmbito das políticas sociais em geral, e que também refletiram sobre as políticas de educação: a implantação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que congela por vinte anos os gastos primários do governo e a Emenda Constitucional nº 93 de 2016, responsável pela desvinculação de trinta por cento (30%) dos recursos que deveriam ser constitucionalmente investidos no financiamento das políticas de seguridade social (saúde, assistência e previdência social) e nas demais políticas como a educação.

As políticas sociais têm apresentado, até os dias atuais, novos desafios em um contexto permeado por desigualdades sobre as condições e oportunidades de acesso, permanência e conclusão estudantil qualificada nas instituições de ensino públicas, sobretudo de estudantes que vivem nas periferias urbanas e rurais, principalmente negros/as, mulheres chefe de família, estudantes com deficiência e população LGBTQIAPN+ que, em sua maioria, estão submetidos/as a condições precárias de trabalho, além de enfrentarem uma estrutura social preconceituosa, clacassista, racista, capacitista e LGBTfóbica.

Concomitantemente às ações preventivas, pesquisadores/as e cientistas de todo o

mundo se dedicaram ao estudo do novo vírus em questão, o que resultou no desenvolvimento das vacinas - processo esse fortemente atacado pela gestão negacionista e genocida do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Nesse contexto, a educação também tornou-se alvo de ataques perversos, pois haja vista a necessidade de suspender o funcionamento das instituições de ensino e das aulas presenciais para prevenir os riscos de contaminação e conter a crise epidêmica, fator esse que contribuiu para a intensificação das desigualdades sociais e para defasagem da qualidade do ensino no país, uma vez que a maioria das redes de ensino particulares dispunham de recursos financeiros e tecnológicos para aderirem ao modelo de ensino remoto, enquanto a grande maioria das redes de ensino públicas não possuíam os mesmos recursos e estruturas mínimas para prosseguirem com as aulas de maneira remota, permanecendo fechadas por vários meses.

Mais tarde no segundo semestre de 2020, todas as redes de ensino, tanto públicas quanto privadas, já haviam adotado os recursos do ensino remoto, cada qual com suas particularidades, porém cumprindo suas agendas de ensino. Entretanto, a maioria dos/as estudantes não possuíam equipamentos tecnológicos suficientes e/ou espaços adequados em suas residências para assistir às aulas diariamente, fator esse que apenas evidenciou as desigualdades de acesso e permanência em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino públicos do país. De acordo com Clóvis Trezzi (2021, p.6): “este fator em si se apresenta como negativo porque, além de prejudicial à formação das crianças e adolescentes, ainda mostra o abismo que existe entre a realidade das escolas dos pobres e das escolas dos ricos”.

Dessa forma, além de escancarar as mazelas sociais, a pandemia da Covid-19 também apontou o calcanhar de Aquiles da educação: a falta de estrutura da maioria das escolas, assim como o despreparo e a falta de qualificação suficiente por parte dos/as profissionais da educação para enfrentar o atual contexto de crise sanitária, até porque tratava-se de um fenômeno mundial inusitado. Nesse sentido, cabe ressaltar que a escola é um ambiente social que colabora na formação do indivíduo e de extrema importância para o desenvolvimento dos/as estudantes, e não pode ser interpretada como um lugar de transmissão massificada de conteúdos e disciplinas.

Além disso, observou-se um aumento expressivo das condições precárias de estudantes das classes populares urbanas em prosseguirem com os seus estudos em casa, a exemplo da ausência de espaço adequado para apoio dos materiais para assistir às aulas, a falta de auxílio dos familiares e responsáveis para a realização das atividades escolares, além das dificuldades

de acesso à *internet*, o que contribuiu para o crescimento do índice de infrequência, repetência e evasão escolar.

De acordo com a publicação realizada pelo G1 Notícias, cerca de 244 mil crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos estavam fora da escola no segundo trimestre de 2021. Acrescenta-se a isso o fato de que para muitos/as estudantes a escola também constitui um importante espaço de proteção, no qual se obtêm alimentação e refúgio contra diversas práticas de violência infantojuvenil.

O Disque 100 registrou, até maio de 2021, 25,7 mil denúncias de violência física e 25,6 mil de violência psicológica. Desse total, 59,6% dos casos foram contra crianças e/ou adolescentes.

Dessa forma, o cenário pandêmico intensificou a crise social, política, econômica, ambiental, cultural e sanitária, além de fragilizar as bases para a construção de um modelo educacional acessível e socialmente referenciado, explicitando a fragilidade do sistema pedagógico do país. Nesse sentido, faz-se necessário investir em políticas públicas educacionais efetivas para a reversão do cenário de destruição da educação brasileira e resistir aos impactos das políticas neoliberais sobre o ensino público de qualidade, intensificada pelo poder da necropolítica, responsável por colocar a economia de mercado e sua eficácia acima de vidas humanas.

Diante desse desafio, é necessário que a sociedade atue de forma colaborativa, cobrando do poder público a implementação de medidas que priorizem a valorização da educação e garantam o acesso à educação de qualidade.

### **3. AS INFLUÊNCIAS DO MITO IDEOLÓGICO DO DIREITO DE ACESSO E PERMANÊNCIA À EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA BRASILEIRA**

No contexto de crise sanitária acentuada pela pandemia da Covid-19, é evidente que suas consequências afetaram todas as esferas da vida social, resultando em um conjunto de reações contraditórias reafirmadas pelas políticas neofascistas, obscurantistas e negacionistas. O Brasil apresentou um cenário onde a maioria dos/as cidadãos/ãs precisaram escolher entre cumprir as medidas sanitárias de isolamento social, o que ocasionaria na falta de recursos financeiros e insegurança alimentar do próprio núcleo familiar, ou arriscar a própria vida para trabalhar em condições precárias a fim de garantir condições mínimas de subsistência.

Além disso, esse quadro também provocou graves consequências no âmbito da educação brasileira e de todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, uma vez que refletiu diretamente sobre as condições objetivas e subjetivas de acesso e permanência de crianças e adolescentes às instituições de ensino públicas, conforme mencionado anteriormente. Trata-se da era do “novo normal”, utilizada pelos discursos reacionários para determinar o modo de vida e as relações no período pós- pandemia.

Os desafios para a construção de uma educação universal, inclusiva, popular e laica também apresentam um fundo institucional. A partir das conquistas históricas da Carta Magna de 1988, outras legislações sociais foram incorporadas para reafirmar o direito de acesso a um novo modelo educacional financiado pelo Estado, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 e o Plano Nacional de Educação (2014 - 2024).

Nessa perspectiva de análise, uma das medidas implantadas pela gestão neoliberal do ex-governo de Jair Messias Bolsonaro (2019- 2022), de autoria do Poder Executivo, e que contou com a assinatura do ex- ministro da educação, Abraham Weintraub, foi o Projeto de Lei nº 2.401, de 22 de outubro de 2019, que dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar no Brasil, desde que atendidos uma série de requisitos, dentre eles, a realização de uma avaliação coordenada pelo Ministério da Educação (MEC). Em outras palavras, trata-se da implantação do ensino à distância (EaD), mascarado pelo ensino remoto, denominado *homeschooling* (Trezzi, 2021, p.7).

Não obstante, também é preciso analisar o conseqüente aumento dos índices de evasão escolar de estudantes que estão inseridos/as no mercado de trabalho precário, principalmente no âmbito do Ensino Médio, e que precisam ajudar suas famílias para o atendimento de suas necessidades.

Diante do panorama regressivo e desumano supracitado, é importante salientar que, o papel desenvolvido por assistentes sociais e psicólogos/as nos diversos espaços de ensino, em articulação com todo o corpo técnico das redes de instrução, contribuirão, juntamente com os familiares e com a sociedade em geral, para a construção de direções sociais estratégicas em defesa do direito à efetivação da educação popular, universal, inclusiva e igualitária, promovendo ações para o cuidado da saúde mental, haja vista as profundas transformações provocadas pela pandemia sobre as condições de vida da população.

A partir da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2022-2027), do Partido dos

Trabalhadores (PT), foi possível identificar a reestruturação do sistema de proteção social brasileiro no que concerne ao financiamento público de políticas sociais para reversão do quadro de privatização e precarização em curso na gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), do Partido Social Liberal (PSL).

Entretanto, observa-se que as ações implementadas pelo atual governo para o alcance de uma das suas principais metas de alcance do déficit zero, que visa recuperar a estabilidade macroeconômica, refletem diretamente sobre o investimento em políticas públicas universais, tornando-as cada vez mais seletivas, limitadas e reduzidas a critérios de elegibilidade excludentes. No âmbito da educação pública brasileira, por exemplo, esses aspectos podem ser identificados por meio do lançamento do Programa Pé-de-Meia, regulamentado pelas Portarias do Ministério da Educação (MEC) nº 83 e 84, de 7 de fevereiro de 2024, que possui o objetivo de conceder incentivos financeiros a estudantes com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa, matriculados/as na rede de Ensino Médio público, com idade entre 14 e 24 anos, e que cuja família esteja inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) e no Programa Bolsa Família.

Em relação aos valores concedidos pelos benefícios do Programa Pé-de-Meia, foi designado que o/a estudante receberá uma parcela de R\$ 200,00 ao se matricular até o mês de abril de 2024 em um dos três anos do Ensino Médio; receberá, em 2024, oito parcelas de R\$ 200,00, relativa a cada mês do ano letivo em que tiver frequência escolar comprovada, totalizando R\$ 1.600,00; a partir de 2025, a quantidade de parcelas será nove, totalizando R\$ 1.800,00 anualmente; o/a estudante receberá R\$ 1.000,00 quando for aprovado/a em cada ano do Ensino Médio, totalizando um valor de R\$ 3.000 ao final de sua participação no Programa e; o/a estudante do 3º ano do Ensino Médio também receberá R\$ 200,00 ao participar do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no 3º ano do colegial. (Brasil, 2024).

Dentre as principais condicionalidades para o acesso ao referido programa, pode-se indicar a necessidade da realização de matrícula em um dos três anos do Ensino Médio, apresentar uma frequência média anual de no mínimo oitenta por cento (80%) e, concluir e ser aprovado/a no fim de cada ano.

Trata-se de um programa que reforça o caráter seletivo e limitado das políticas públicas, uma vez que os/as estudantes somente poderão sacar os valores depositados na poupança após a conclusão dos três anos do Ensino Médio, desde que atendam todos os critérios de elegibilidades estabelecidos.

Dessa forma, de que modo o planejamento do referido programa conseguirá reverter o cenário de evasão escolar? Quais serão as estratégias adotadas para a superação das desigualdades estruturais crescentes que expulsam diariamente a classe trabalhadora das instituições de ensino públicas do país?

Tais questionamentos precisam ser compreendidos a partir das análises acerca das demandas imediatas e das condições objetivas de vida de cada estudante, que encontram-se intrinsecamente relacionadas aos aspectos biopsicossociais, responsáveis por ultrapassar os limites das necessidades meramente físicas e biológicas, de modo a contemplar os diversos fatores que envolvem a saúde mental, emocional e o bem-estar social.

Assim, torna-se imprescindível assegurar o acesso antecipado dos respectivos recursos financeiros contidos na poupança, contando com o aporte de orientações sobre educação financeira, a fim de apoiar a construção de projetos de vida emancipatórios capazes de prevenir o abandono escolar em virtude das condições objetivas de vida que exigem ações imediatas, tais como o desemprego, vulnerabilidade social, riscos pessoais e sociais, dentre outros fatores.

Na educação básica, é possível indicar que as categorias e entidades profissionais de Psicologia e do Serviço Social estão mobilizadas em defesa da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, e que estabelece em seu Artigo 1º que:

*“as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais” (Brasil, 2019, n.p).*

São essas articulações multiprofissionais e intersetorial entre as políticas de educação, saúde, assistência social, dentre outras, que são capazes de reafirmar as bases para a defesa de uma educação gratuita de qualidade e socialmente referenciada, capaz de envolver capacidades coletivas de criatividade construídas a partir das próprias necessidades e particularidades de vida dos/as estudantes, das suas famílias e das redes de ensino, de modo a fortalecer as relações interpessoais e a formação continuada de todo o corpo técnico estudantil.

Vivemos tempos adversos em que a educação brasileira tem revelado um forte dualismo contraditório conforme apresentado por Libâneo (2012, p.13): “por um lado, a educação está voltada para a construção e manutenção de instituições de ensino destinadas a ricos e, por outro, para o acolhimento social dos pobres.”

Ademais, o cenário contemporâneo apenas intensificou a era da educação exclusiva e

da produção massiva de resultados, cujos investimentos realizados pelas elites empresariais limitam-se apenas à valorização do próprio capital humano para a inserção do mercado. Seguimos lutando em defesa de uma educação em que estudantes consigam desenvolver um pensamento crítico capaz de identificar e resistir aos ataques provocados pela autocracia burguesa sobre os direitos humanos e sociais historicamente conquistados.

### 3 CONCLUSÃO

A presente reflexão teórica teve como objetivo analisar a forma como o cenário pandêmico afetou a organização da educação pública no Brasil diante do acirramento das expressões da questão social.

O evento pandêmico evidenciou a fragilidade do sistema educacional do país, visto que a continuidade do ensino por meio remoto ou o *homeschooling* não consiste em um recurso tecnológico acessível para todo o corpo estudantil, colaborando para intensificar a desigualdade social e aumentar as disparidades de estudantes menos favorecidos/as, ou seja, estudantes matriculados/as nas instituições de ensino públicas.

Por essa razão, não podemos nos conformar com o quadro educacional vigente. Faz-se necessário investir em políticas públicas e reafirmar o seu papel intersetorial para garantir maior qualidade no processo de ensino-aprendizagem das redes públicas de ensino do país.

A Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 estabelece articulações multiprofissionais que permitem reafirmar as bases para a defesa de uma educação plural e inclusiva, envolvendo capacitações profissionais coletivas construídas a partir das próprias necessidades e particularidades que permeiam cada realidade social vivenciada por estudantes e os seus núcleos familiares, de modo a fortalecer as relações interpessoais com todo o corpo técnico das redes de ensino. Logo, torna-se imprescindível a validação, aplicação e implementação da referida Lei para reformular o sistema educacional brasileiro.

As análises realizadas ao longo desta reflexão teórica também contribuíram para compreender que a pandemia do novo coronavírus não matou tão indiscriminadamente como se tem sido sustentado pelos discursos ideológicos da autocracia burguesa, uma vez que a maioria dos grupos mais vulneráveis são contaminados por não disporem de condições e/ou recursos suficientes para prevenção e o combate à expansão do vírus no país.

Nesse sentido, foi possível identificar a expansão de um projeto de educação brasileira

atrelado aos interesses conservadores que contrariam a construção e a defesa do conhecimento popular, crítico, universal e reivindicado pelos movimentos sociais e estudantis. Enfrentamos uma conjuntura repleta de dilemas e desafios que são intensificados pelos padrões de dominação burguesa, além da heteronomia cultural e econômica que intensificam a superexploração do trabalho e contribuem para a manutenção das desigualdades sócio-étnico-culturais no país.

Destarte, o discurso ideológico nos ameaça a anestésiar nossas mentes, confundindo nossas curiosidades, distorcendo a compreensão dos fatos e dos acontecimentos ao nosso redor (Freire, 1996, p.132). Não podemos nos calar. É preciso lutar contra o projeto reacionário da atual ordem social, haja vista a existência de um regime democrático frágil e de uma sociedade esfacelada, unida irônica e perversamente pela descrença da perspectiva de coletividade.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm); Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019.** Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 dez. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm). Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. MEC publica portarias com regras do Pé-de-Meia. **Ministério da Educação (MEC)**. [Brasília], 8 de fev. de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/mec-publica-portarias-com-regras-do-pe-de-meia>. Acesso em: 04 abr. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é a Covid-19?** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 14 jan. 2024.

CORONAVÍRUS BRASIL. **Painel de controle.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 04 jan. 2023.

DUBET, F. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, SP, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

Evasão Escolar de crianças e adolescentes aumenta 171% na pandemia. **G1-São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/12/02/evasao-escolar-de->

criancas-e-adolescente-aumenta-171percent-na-pandemia-diz-estudo.ghtml Acesso em: 18 mar. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1975.

LIB NEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, SP, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

LIMA, K. R. de S. (Org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira**: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

MARTINS, T. C. F.; GUIMARÃES, R. M. **Distanciamento social durante a pandemia da Covid-19 e a crise do Estado federativo**: um ensaio do contexto brasileiro. Scielo Brazil, 2022.

ROCHA, L. Pesquisa revela impactos da pandemia para a saúde mental de estudantes em SP. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pesquisa-revela-impactos-da-pandemia-para-a-saude-mental-de-estudantes-em-sp/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

NOGUEIRA, C. Surto de ansiedade coletiva acende alerta sobre saúde mental de estudantes. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saCude/podcast-e-tem-mais-surto-de-ansiedade-coletiva-acende-alerta-sobre-saude-mental-de-estudantes/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SOUZA, M. Violência contra crianças e adolescentes cresce na pandemia. **Central de Notícias Uninter**, 2021. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-cresce-na-pandemia#:~:text=O%20Disque%20100%2C%20servi%C3%A7o%20do,de%202019%2C%20antes%20da%20pandemia>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SCIULO, M. M. Na pandemia de Covid-19, negros morrem mais do que brancos. Por quê? **Galileu**, 30 mai. 2020. Disponível: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/05/na-pandemia-de-covid-19-negros-morrem-mais-do-que-brancos-por-que.html>. Acesso em: 18 mar. 2024.

TREZZI, C. **A educação pós-pandemia**: uma análise a partir da desigualdade educacional. *Dialogia*, São Paulo, n. 37, p. 1-14, e18268, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n37.18268>. Acesso em: 18 mar. 2024..

Violência contra as crianças na pandemia. **Instituto Geração Amanhã**. Disponível em: <https://geracaoamanha.org.br/violencia-contra-as-criancas-na-pandemia/>. Acesso em: 08 abr. 2024.